

Contas públicas Arcabouço

## Senado aprova nova regra fiscal com mudanças; texto vai voltar à Câmara

**Governistas dizem que emenda aprovada evita um corte de R\$ 32 bilhões e que recursos serão usados no novo PAC**

FERNANDA TRISOTTO  
IANDER PORCELLA  
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem com folga o projeto que cria a nova regra fiscal em substituição ao teto de gastos. Foram 57 votos a favor e 17 contra, sem nenhuma abstenção – eram precisos 41 votos. Como foi modificada, a proposta agora vai voltar à Câmara, que deve analisá-la só em julho. Entre as mudanças, há uma sugerida pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que favoreceu o governo. O texto aprovado é menos rigoroso com os gastos do que o que passou pelos deputados.

Mais cedo, a proposta já havia passado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com três mudanças: foi retirado do limite de gastos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e as despesas com ciência, tecnologia e inovação.

Como o FCDF entrou na lista das exclusões, Aziz manteve a sistemática de atualização do fundo como é atualmente. Ele ainda acatou a sugestão para a criação de um Comitê de

**“Como é que nós faríamos com o PAC não tendo espaço fiscal de R\$ 32 bilhões? O PAC virá com investimento (...) para fomentar construção civil, geração de emprego e renda”**

Simone Tebet  
Ministra do Planejamento

Modernização Fiscal, com a participação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Tribunal de Contas da União (TCU) e representantes da Câmara e Senado.

**PEDIDO DO GOVERNO.** Após uma solicitação do Ministério do Planejamento, Randolfe

apresentou emenda aceita por Aziz que permite incluir no Orçamento de 2024 a previsão das chamadas despesas condicionadas, que só seriam executadas após aprovação de crédito extraordinário pelo Congresso.

“Obrigatoriamente, as despesas condicionadas serão executadas somente após a aprovação pelo Congresso Nacional de projeto de lei de crédito adicional, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias”, diz um trecho do texto.

De acordo com Randolfe, esse dispositivo evita o corte de aproximadamente R\$ 32 bilhões no Orçamento do próximo ano. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a aprovação da emenda do senador vai abrir espaço fiscal no Orçamento para a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ficaria comprometido sem a alteração.

“Ela (a emenda) nos permite com esse espaço fiscal apresentar tranquilamente também o PAC. É importante dizer: como é que nós faríamos com o PAC não tendo espaço fiscal de R\$ 32 bilhões? O PAC virá com investimento público e privado, e com investimentos públicos, que estão relacionados a



Senadores Omar Aziz (E), Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner

obras de infraestrutura para fomentar construção civil, geração de emprego e renda”, disse ela, ao deixar o Senado.

Sobre um acordo para que essa mudança também passe pela Câmara, a ministra disse que o presidente daquela Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), foi sensível à apresentação da demanda, mas não se comprometeu com aprovação.

“Ele (Lira) vai perceber, a Câmara vai perceber, que não houve alteração no mérito da decisão da Casa. O PLN (Plano Plurianual) nós teremos de mandar, estamos falando de despesas discricionárias, o que dá conforto ao Congresso

no final do ano para fazer as alterações que sempre fez no Orçamento”, afirmou.

**PROJETO ORIGINAL.** O arcabouço fiscal foi enviado pelo Ministério da Fazenda ao Congresso em abril e aprovado pela Câmara em maio. A proposta substitui o atual teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo. Pelo projeto, os gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação. Ou seja, as despesas sempre crescerão menos do que as receitas, para evitar um descontrole das contas públicas. ●

## Senado abriu ‘caixa de pandora’ com exceções ao arcabouço, diz XP

ADRIANA FERNANDES  
BRASÍLIA

O economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, alertou que o Senado Federal abrirá uma “caixa de pandora” se aprovar o projeto do arcabouço fiscal com a exclusão das despesas com ciência e tecnologia do novo limite de gastos. A nova exceção foi incluída de última hora no parecer do relator, senador Omar Aziz (PSD-AM). “Abriu-se a caixa de pandora e está se formando o ovo da serpente para descaracterização completa do arcabouço”, advertiu. Megale disse que o projeto no Senado ficou pior com as modificações introduzidas pelo relator em relação ao texto aprovado pela Câmara. Para o economista, indepen-

dentemente do mérito dessas despesas, a medida abre um precedente perigoso. O projeto foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e agora segue para o plenário da Casa. Se aprovado, com as mudanças feitas, terá de retornar à Câmara para uma nova votação.

**‘Ovo da serpente’ Economista-chefe da instituição diz que alterações tendem a descaracterizar o projeto**

“Sai um marco fiscal frouxo e está piorando no Senado”, disse Megale em entrevista ao **Estadão**. Ele lembrou que o relator na Câmara, Claudio Cajado (PP-BA) tinha feito

aprimoramentos no arcabouço. Megale citou a inclusão do Fundeb (fundo de educação básica) dentro do limite de despesas e mudanças na forma de correção do Fundo Constitucional do DF, abastecido com recursos da União. Com o parecer de Aziz, esses dois fundos ficarão agora fora da regra de gastos.

O economista advertiu que essas mudanças não são “filigranas” e podem custar caro para o novo arcabouço fiscal. Antontem, Aziz disse que a sua decisão de deixar gastos com ciência e tecnologia era filigrana “de recurso pequeno”.

“Não é filigrana. Eles vão atendendo as demandas e desfazendo o arcabouço”, ponderou o economista-chefe da XP. O risco é de pressão no futuro para outros gastos, considerados também meritórios, ficarem fora do limite de despesas. “Por que ciência e tecnologia é mais meritória que saúde, gastos sociais, Bolsa Família?”, questionou. ●

## Votação da LDO vai ficar para o 2º semestre

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou as lideranças da Casa que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2024 só será votado no segundo semestre, apurou o **Estadão/Broadcast**. O foco dos deputados em julho estará na aprovação da reforma tributária, do projeto que retoma o chamado voto de qualidade no Carf e na votação das alterações feitas pelo Senado no arcabouço fiscal.

A postergação da votação já foi informada ao Ministério do Planejamento, que precisa da aprovação do arcabouço fiscal para atualizar a proposta. Quem fez o meio de campo, neste caso, foi o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que avisou da possibilidade de receso branco – o que ocorre quando a LDO não é aprovada até 17 de julho e os parlamenta-

res não entram formalmente em receso. Neste caso, eles fazem uma pausa informal dos trabalhos até o começo de agosto.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que resulta da aprovação do PLO, serve como base para a elaboração do Orçamento propriamente dito, que deve ser enviado pelo Executivo ao Congresso até o fim de agosto. O relator escolhido para o PLO foi o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). A ministra do Planejamento, Simone Tebet, já havia levantado a possibilidade de os debates da LDO avançarem para o segundo semestre. Ela frisou que a aprovação do arcabouço era necessária para que a lei orçamentária avançasse, e disse que a LDO pode ser adequada à nova regra fiscal por meio de uma mensagem modificativa enviada ao Congresso. ● IANDER PORCELLA e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA